



O ENSINO DE ARTES NAS ONG's: FATORES HISTÓRICOS QUE IMPLEMENTARAM AS PARCERIAS ENTRE SETOR PÚBLICO E PRIVADO

Edson Rodrigues Macalini - UDESC

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade fazer uma revisão bibliográfica do ensino de Artes nas Organizações Não-Governamentais – ONGs. Pretende-se compreender o modelo educacional empregado nesses espaços educacionais, a construção das parcerias locais e quais fatores históricos possibilitaram essa realidade. Para tanto, é necessário conhecer por meio da produção da bibliografia publicada a situação dos profissionais de Artes que atuam nessas instituições, identificando a sua formação inicial. Sendo assim, a dinâmica pedagógica no cotidiano das ONGs, o ensino não-formal como abordagem metodológica e conceitual, as múltiplas maneiras de promover a formação educacional em Artes na atualidade direcionadas ao desenvolvimento e formação de sujeitos em comunidades populares vem fortalecer o ideal proposto dos movimentos sociais para uma educação acessível à todos.

Palavras-chave: Ensino de Artes, Formação de professores de artes, Educação não-formal, Arte em ONGs.

Introdução

O desenvolvimento social, educacional e humano se fortalecem com alianças locais na relação entre instituições do setor público e organizações não governamentais - ONGs. ¹ Tais instituições utilizam metodologias diferenciadas para o ensino de Artes. Por um lado as escolas públicas, pelo seu caráter formal, assumem currículos estruturados e pré-definidos. Já as ONGs com foco educacional, assumem uma abordagem não-formal e promovem diferentes experiências alternativas para a formação.

Nesse sentido, compreende-se necessária a articulação e o fortalecimento dessas parcerias e estratégias para uma ação efetiva no campo educacional. Sendo assim, questionamos: em que medida o profissional do ensino de Artes que atua nas ONGs contribui para a formação crítica do público atendido? Quais as abordagens metodológicas utilizadas para esse objetivo? Quais características integram a formação desse profissional? A formação continuada desse profissional contribui para articular novos conteúdos e desafios educacionais?

Na atualidade, a produção científica brasileira encontra-se em expansão e visibilidade no mundo. Em 2008 já éramos o 15º país no ranking mundial de produção científica. Segundo o Ministério da Educação, o Brasil está em 25º lugar na lista mundial de citações², sendo que grande parte desta produção científica se concentra nas áreas de pesquisas agrícolas e ciências naturais. A pesquisa no ensino de Artes situa-se na grande área que compreende Linguística, Letras e Artes. E essa se encontra na última posição em publicação científica. (MEC, 2012).

Embora perceba-se que as pesquisas no ensino de Artes no Brasil cresceram significativamente nos últimos anos, a carência ainda é grande, pois

1 Entende-se as instituições públicas como órgãos governamentais, prefeituras, secretarias municipais, escolas públicas e programas sociais, e como Organizações Não-Governamentais (ONGs) entidades que desenvolvem atividades sociais sem fins lucrativos.

2 No quesito qualidade, medido pela porcentagem de citações – quantidade de artigos citados em outras publicações.

somente a partir da década de 1980 este campo de estudos começou a ter maior visibilidade, graças aos esforços de arte-educadores militantes, como Ana Mae Barbosa, com a organização de diversas publicações, encontros científicos, seminários, simpósios, entre outros.

É grande a dificuldade em encontrar material para pesquisa em determinados assuntos em educação não-formal e em ONGs que têm Artes como um de seus fatores primordiais para envolver e conquistar novos públicos. Segundo Livia Marques Carvalho (2008), autora do livro “O ensino de artes em Ongs” e de diversos artigos sobre o tema, essa realidade demonstra a necessidade de mais discussões, investigações e análises sobre o ensino de Artes.

Segundo Carvalho (2008), “O movimento de arte para a reconstrução social vem demonstrando a necessidade da arte para todos os seres humanos, por mais inumanas que tenham sido as condições que a vida impôs a alguém”. Isso pode demonstrar que a importância do ensino de Artes para o desenvolvimento de sujeitos em situação de vulnerabilidade social é tão importante como para aquele não se encontra nessa situação.

No entanto, é necessário observar que, para que a educação artística possa contribuir efetivamente no processo educativo, é essencial conhecer seus pressupostos, mas é igualmente indispensável que se compreendam os princípios e os propósitos da situação educativa onde ela será aplicada. A transposição automática de abordagens pedagógicas de uma situação educacional para outra, como, por exemplo, do ensino formal para o não-formal, sem levar em conta as peculiaridades de cada contexto, corre o risco de se transformar em algo inócuo ou desprovido de sentido. Esse aspecto é particularmente importante para os projetos políticos pedagógicos das ONGs que empregam arte como meio capaz de transformar os indivíduos e a sociedade. (CARVALHO, 2008, p.12)

Nesse sentido, considera-se importante conhecer ONGs que desenvolvem atividades em artes e que têm parcerias com o setor público, verificando o que se

espera e o que já tiveram de resultados nessas ações conjuntas.

Faz-se necessário compreender e discutir práticas bem sucedidas, bem como entender fatores que possibilitaram o fortalecimento de alianças locais entre setor público e privado para identificar resultados de ações parceiras. Nesta perspectiva, é importante investigar realidades que vêm sendo apresentadas como respostas de uma boa política de articulação entre setores sociais e governos nos municípios brasileiros.

Logo, avalia-se que poderá contribuir para uma melhor compreensão do meio acadêmico quanto às diferenças entre ensino formal e não-formal, os múltiplos ambientes e possibilidades de atuação do profissional formado em Artes, bem como para a formulação de políticas públicas que garantam um ensino gratuito acessível a diferentes grupos sociais e com possibilidades em múltiplos espaços.

Para o desenvolvimento deste estudo, buscar-se-á uma revisão de literatura que embase o trabalho proposto. Os tópicos inicialmente escolhidos para se discorrer são: A contextualização histórica do ensino de Artes no Brasil e os fatores que promoveram o fortalecimento das ONGs, convênios entre instituições sociais, formação de professores e ensino não-formal.

Apresenta-se abaixo o início de uma revisão de literatura que buscar-se-á ampliar e consolidar ao longo do texto.

O Ensino de Artes nas ONGs e seus múltiplos contextos

Os avanços e debates nas últimas décadas, no campo da educação pública e no ensino de Artes, visam implementar políticas públicas que proporcionem acessibilidades às camadas sociais menos favorecidas. Esta perspectiva ocorre tanto no âmbito da educação formal como da não-formal, e contribui para uma sociedade mais informada e incluída nos mais diversos programas educacionais. Nos últimos anos o tema educação obteve grande visibilidade, tanto nas diversas mídias como em organismos nacionais e internacionais.

Carvalho (2008, p. 20) afirma que “A educação tem sido aclamada como o ‘elemento chave’ para superar os desafios de promover uma sociedade com distribuição de renda, mais igualitária e como um fator de inclusão social”.

Os organismos internacionais trazem à tona essa preocupação há várias décadas. Vale lembrar e resgatar as metas e os objetivos traçados há mais de 60 anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Esta declaração sinaliza, em seu artigo XXVI, que “Toda a pessoa tem o direito à educação”, cuja qualidade e gratuidade sejam efetivamente um direito civil garantido a todos os cidadãos em todos os níveis educacionais.

Carvalho (2008, p. 20) destaca, ainda, que

O tema educação vem sendo bastante debatido em diversos segmentos da sociedade brasileira. Temos presenciado nos últimos anos uma série de reformas, propostas e ações educacionais, tanto por parte das políticas públicas, quanto por parte de representantes da sociedade civil, de diferentes correntes político-ideológicas. Muito têm-se discutido sobre seu papel, sua qualidade e eficiência. Todavia, esses termos não são entendidos por todos da mesma forma. Alguns teóricos de orientação neoliberal consideram a qualidade e eficiência da educação do ponto de vista técnico, isto é, voltada para produção de mão-de-obra. Para eles, a educação é vista como um meio de as pessoas serem mais produtivas e, assim, conseguirem melhorar a qualidade de vida. A educação, nesse caso, seria direcionada para o desenvolvimento econômico.

Embora o tema educação tenha sido ampliado aos interesses políticos e em aguçados debates e políticas públicas nacionais, ainda é uma realidade a sua função enquanto gerador de mão-de-obra para o trabalho, sendo que o esperado é a intelectualização da sociedade. O ensino de Artes, diante desse contexto, não empregava um rigoroso processo de formação para intelectualizar, ou estava sob um conceito de atividade para o artesanato, ou apenas para a formação de mão de obra calcada nos valores tecnicistas, com finalidades em si mesmos.

Segundo Barbosa (2005), desde a primeira inclusão do ensino de Artes nos currículos nacionais na década de 1970, esperava-se, como em outras disciplinas,

formar trabalhadores com conhecimentos preparados para o mercado do trabalho. Esse modelo impediu muitos progressos na educação brasileira, pois o cidadão estaria sob a condição de instrumento para a indústria e em um modelo exploratório ditado pelos países mais desenvolvidos.

Com a mobilização e visibilidade de diversos grupos por uma educação gratuita e de qualidade na esfera pública, na década de 1980 surgiu o Movimento dos Arte-Educadores brasileiros, cuja luta central era para se incluir o ensino de Artes nos currículos nacionais, o que na atualidade é obrigatório. Portanto, esse período foi um marco fundamental para a legitimidade do ensino de Artes e para a abertura de novos caminhos na área.

A sociedade civil brasileira estava, nesta época, em busca da plena cidadania por meio da extensão dos níveis básicos de educação a toda a população, na intenção de garantir condições mínimas de melhoria de vida, não devendo negligenciar os acessos aos bens culturais e artísticos (PENNA,1995).

A classe dos arte-educadores brasileiros dedicou-se ao movimento de redemocratização da escola pública e, conseqüentemente, do ensino de Artes, para que a área de Artes viesse a ter, também, o caráter educativo que as outras áreas do conhecimento tinham. A construção deste árduo caminho firmou-se por meio de lutas, debates, pesquisas e, principalmente, pelo movimento organizado e bem estruturado, que contribuiu para o fortalecimento político e ideológico dos professores.

Outro fato histórico que vale destacar - e que influenciou as políticas nacionais de educação - foi a participação do Brasil, em 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia, que foi convocada pela UNESCO em parceria com UNICEF, PNUD e Banco Mundial. Dessa conferência resultou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, cujo objetivo maior é satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de crianças, jovens e adultos de todo o mundo.

Essa Declaração contém estratégias que são sugeridas aos líderes de

governos para readequarem e/ou criarem diretrizes curriculares eficazes para o pleno desenvolvimento educacional de toda a população. Orientava-se, portanto, a criação e implementação, dentro de um prazo determinado nesse documento, das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de Planos Nacionais de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a ampliação dos enfoques educativos presentes nos mesmos.

Um objetivo bastante enfatizado foi o “Fortalecimento das alianças locais”, promovendo e acelerando um impulso no chamado terceiro setor, que capta recursos de fontes plurais para desenvolverem suas ações. As Organizações Não Governamentais se fortaleceram nesse momento e ganharam legitimidade pública, assumindo diversas responsabilidades sociais, bem como novos espaços e financiamentos tanto do setor público como do privado. A ascensão dessas instituições – que articulam, juntamente com as comunidades, um reconhecido trabalho de formação humana e cidadã - foi fato histórico importante para se compreender como se estruturou e fortaleceu novos caminhos para a educação não-formal no Brasil.

Com as atividades das ONGs, o ensino de Artes incluiu um grande número de jovens em programas culturais e artísticos, rompendo o limite da exclusão e envolvendo estes jovens em ambientes que promovem a participação social, o desenvolvimento e a formação educacional.

O ensino de Artes tem amplas possibilidades de relacionar-se com outras áreas, bem como de abordar, de maneira significativa, os mais diversos conteúdos transversais, pelo seu caráter flexível. Este campo de conhecimento se articula diretamente com questões de criatividade e imaginação e, dada a liberdade da produção, articula diferentes linguagens ao mesmo tempo. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino de Artes ganhou corpo e legitimidade dentro dos ambientes escolares, que se ampliaram para fora dos muros das escolas, garantindo novos espaços e maior quantidade de profissionais da área. As aulas começaram a ganhar respeito como disciplina e os alunos passaram a ter mais tempo de contato com as manifestações artísticas, bem como com produções e

exposições.

Ainda na referida Lei, verifica-se a amplitude daquilo que se espera para um ensino de qualidade a nível nacional, onde é necessária a articulação com diversos setores e sob amplos desdobramentos. Sendo assim,

A Educação nacional, instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana, no trabalho com fonte de riqueza, dignidade e bem-estar universais, tem por fins:

I – o pleno desenvolvimento do ser humano e seu aperfeiçoamento;

II – a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e conscientes dos seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo-lhes os valores éticos e o aprendizado da participação;

III – o preparo do cidadão para a compreensão e o exercício do trabalho, mediante acesso, à cultura, ao conhecimento científico, tecnológico e artístico e ao desporto;

IV – a produção e difusão do saber e do conhecimento;

V – a valorização e a promoção da vida;

VI - a preparação do cidadão para a efetiva participação política;

VII – o fortalecimento da soberania do país, da unidade e soberania nacional e da solidariedade internacional, pela construção de uma cidadania contrária a exploração, opressão ou desrespeito ao homem, à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade. (XXXX)

Como estratégia de governo para garantir recursos internacionais, fica bastante evidente, no trecho citado acima, que as propostas seguem um modelo que é sugerido pela Declaração Mundial de Educação Para Todos. Tal elaboração ocorreu no prazo do tempo previsto pela Declaração e as readequações orientavam para caminhos semelhantes. Direcionamentos como esses foram fundamentais para o fortalecimento do terceiro setor brasileiro, ora pela contribuição financeira

pública, ora pela ajuda de grupos solidários e organismo internacionais.

Registra o capítulo I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que

Art. 1º A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Sabe-se que propostas como essas, ao serem efetivadas na realidade, seriam de grande benefício aos cidadãos brasileiros. No entanto, na maioria das vezes essas ações não são bem claras como plano de ação e o sistema público não consegue articular tais propostas pela falta de preparo ou de vontade política. Esses poderes foram repassados para organizações que já atuavam na esfera social. Hoje a intervenção de ONGs na esfera educacional é realidade bastante presente nas prefeituras de várias cidades brasileiras e as secretarias municipais de educação são suas maiores aliadas.

Segundo Castro (2005), ao “propor a ampliação dos espaços educativos, a Lei deu voz às entidades e muitas delas iniciaram um amplo trabalho de resgate social, por meio das artes, da cultura, da cidadania e do lazer”. Como estratégia para envolver maior quantidade de públicos e participantes em seus projetos e ações, as ONGs inserem nos seus planejamentos pedagógicos as oficinas de artes, geralmente utilizando diferentes linguagens como Artes Plásticas, Música, Dança e Teatro. E muitas delas optam por desenvolver um tipo de arte que se aproxime da realidade do público atendido.

Com esses novos espaços é possível que os estudantes das camadas populares tenham mais oportunidades de contato com produtos artísticos, pois muitas entidades, além das oficinas em contra-turno escolar, oferecem passeios gratuitos a museus, atividades nos finais de semana, além de outras atividades atrativas e sedutoras na comunidade para todas as idades, possibilitando o envolvimento familiar ao dar oportunidades em ações com acessibilidades para todo o público local.

Considerações Finais

Buscou-se compreender pela coleta de informação bibliográfica, a adequação do profissional do ensino de Artes para enfrentar os novos desafios da educação em um contexto de educação não-formal nas ONGs brasileiras. Bem como apreender, por meio dessa coleta de dados, a percepção dos profissionais de Artes sobre o papel dos mesmos na implementação de uma educação crítica e de qualidade que contemplem a formação crítica de seus participantes.

Nessa direção, este estudo tem o objetivo de compreender por meio dos instrumentos das coletas de informações contidas nas produções bibliográficas, a adequação do profissional do ensino de artes para enfrentar os novos desafios da educação contemporânea e das diferentes abordagens empregadas no ensino não-formal. A inclusão dos mais diversos nos ambientes educativos já são retratos de um caminho aberto e real no ensino brasileiro, embora, sejam, imprescindível a formação desse profissional financiado pelo poder público, que vem sendo negligenciado no seu cotidiano.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96.** Brasília, 1996.

_____. MEC. Cresce a Produção Científica no Brasil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10838> acesso em:07 fev.-2012

BARBOSA, Ana Mae T. B.(org.) **História da arte-educação:** a história de Brasília. I Simpósio Internacional de História da Arte-educação. São Paulo: Max Limonad, 1986.

_____. (org.) **Arte/educação contemporânea:** consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Livia Marques. **A influencia da arte na formação do individuo:** experiências em ONGs. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O ensino de artes em ONGs.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Quem ensina arte nas ONGs?**. Contexturas: O ensino de artes em diferentes espaços. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

CASTRO, MaryG. *et al.* **Cultivando vidas, desarmando violências**. Brasília: Unesco: Brasil Telecom: Fundação Kellogg: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PENNA, Maura. (Org). **Da camiseta ao museu: o ensino das artes na democratização da cultura**. Paraíba: UFPB, 1995.

PARK, Margareth Brandini ; FERNADES, Renata Sieiro (Orgs.) - **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos /–** Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, São Paulo: Setembro, 2005.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Jomtien, 1990.